



LEI MUNICIPAL Nº. 957, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.

**AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS,
AUXÍLIO E CONTRIBUIÇÕES ÀS ENTIDADES QUE
ESPECIFICA.**

O Povo do Município de Alto Jequitibá, Estado de Minas Gerais por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções sociais, auxílios e contribuições, com base nas consignações orçamentárias e respectivos créditos adicionais, conforme as seguintes especificações:

NOME DA INSTITUIÇÃO	VALOR DA TRANSFERÊNCIA
Contribuição a Associação Mineira de Municípios	4.500,00
Subvenção a Guarda Mirim de Manhumirim	18.800,00
Contribuição a União Nacional dos Dirigente Municipais de Educação	500,00
Subvenção a Associação das Senhoras Cristãs de Alto Jequitibá-MG (Azilo)	3.000,00
Subvenção a "APAE" Escola	21.600,00
Subvenção a Banda de Música 26 de Abril	13.816,00
Contribuição a Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira	3.000,00
Contribuição ao Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS)	1.000,00
Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISVERDE	78.209,04
Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de saúde - CISCAPARÁO	20.400,00
Contribuição do Fundo Estadual de Saúde	18.413,10



Contribuição a "EMATER"	55.267,72
Subvenção a Associação do Grupo da 3ª Idade de Alto Jequitibá	30.000,00
Contribuição ao Colegiado de Gestores Mineiros de Assistência Social - COGEMAS	150,00
Total	268.655,86

Art. 2º. A concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições destinados às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas após observadas às seguintes condições:

- I – atender as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II – ter caráter assistencial ou cultural e atender direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, médica, educacional e cultural;
- III – não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- IV – apresentar declaração de regular funcionamento no último ano, emitida no exercício de 2009 ou 2010 por autoridade local;
- V – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- VI – ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VII – apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos;
- VIII – existir recursos orçamentários e financeiros;
- IX – celebrar o respectivo convênio.

Art. 3º. O valor das subvenções sociais, sempre que possível será calculado com base em unidades de serviços, efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 4º. As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para entidades privadas, a qualquer título, serão realizadas exclusivamente mediante assinatura de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 5º. A concessão de ajuda financeira a título de subvenções sociais ou auxílios fica condicionada a aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos da entidade, pelo órgão competente da Entidade cedente do recurso.

Art. 6º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Órgão concedente, através do envio de prestação de contas até 30 dias do prazo final do convênio ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos.

Art. 7º. Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta lei.

Art. 8º. Aplica-se na concessão de qualquer ajuda financeira às entidades privadas, as normas estabelecidas no art. 116 da Lei 8.666/93.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

Alto Jequitibá, 09 de dezembro de 2009.



Daniel Guimarães Sathler

Prefeito

PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente documento foi Publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá - MG, conforme Lei Municipal nº 881/07 de 07/05/2007

De 09/12/09 a 09/01/10

o/ ou no _____

Pág. _____ edição de _____ / _____ / _____

Servidor Responsável